

# Casos de violência na saúde preocupam, afirma Sindicato

Paralisação no CS Centro expôs insegurança, sobrecarga e falta de profissionais

Wavebreak Media LTD/Freepik

Por Moara Semeghini

A paralisação dos trabalhadores do Centro de Saúde (CS) Centro, em Campinas, na última segunda-feira (30), após episódios de violência contra profissionais dentro da unidade, trouxe à tona o debate sobre agressões em serviços de saúde e as condições de atendimento enfrentadas no dia a dia. Segundo os trabalhadores, quatro profissionais foram agredidos na última semana, em meio a situações recorrentes de ameaças e insegurança. Atualmente, o centro de saúde enfrenta déficit de médicos da família, agentes comunitários, técnicos de enfermagem e de farmácia, além da falta de reposição de especialidades como ginecologia e psiquiatria. De acordo com os servidores, esse cenário tem provocado demora no atendimento, dificuldade para agendamento de consultas e aumento da tensão dentro da unidade.

Dados de uma pesquisa divulgada pelo Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo (Coren-SP) mostram a dimensão do problema: oito em cada dez profissionais de saúde afirmaram já ter sofrido algum tipo de violência no trabalho. Entre os casos, 90% envolvem agressões verbais, 79% psicológicas e 21% físicas.

Para o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde de



Casos de agressão a profissionais motivaram paralisação no CS Centro, em Campinas

Campinas e Região (SinSaúde), Edison Laércio de Oliveira, a violência contra profissionais tem se intensificado e já faz parte da rotina nas unidades. “A gente vê agressões físicas, psicológicas e ameaças crescendo. Isso não é pontual, é recorrente”, afirma. “A revolta é compreensível em um sistema falho, mas jamais pode recair sobre quem está na linha de frente”, diz. De acordo com o sindicato, há registros de agressões físicas com sequelas permanentes e até situações em que profissionais foram feitos

reféns por pacientes insatisfeitos com a falta de medicamentos ou demora no atendimento.

A Polícia Civil informou, em nota, que investiga todos os casos de violência registrados, incluindo ocorrências em unidades de saúde, com o objetivo de identificar os responsáveis. A corporação destacou que, em situações de menor potencial ofensivo, a continuidade da investigação depende da representação da vítima e reforçou a importância do registro do boletim de ocorrência, inclusive pela Delegacia Eletrônica.

Para o presidente do Conselho Municipal de Saúde, Lúcio Rodrigues, a situação vai além de episódios isolados e reflete dificuldades estruturais da rede. “Hoje nós temos muita dificuldade em garantir assistência aos usuários do SUS. O que aconteceu no Centro não é um caso isolado, é resultado de uma situação que já vinha se agravando”, afirmou. Outro ponto destacado é a terceirização de serviços nas unidades, especialmente nas recepções. Segundo o conselheiro, a falta de preparo e a alta rotatividade des-

ses trabalhadores contribuem para conflitos no atendimento. “Esse profissional é o primeiro a comunicar a falta de vagas ou de médicos e vira o ‘para-choque’ dos problemas. Isso gera irritação e pode evoluir para situações de violência”, disse. Para ele, o atendimento inicial deveria ser realizado por servidores concursados, com formação adequada e maior integração com as equipes de saúde.

A Prefeitura de Campinas informou que atua em diferentes frentes para prevenir e lidar com casos de violência contra profissionais da saúde. Segundo a administração, há programas de formação para gestores com foco em direitos humanos, combate ao assédio e melhoria do diálogo com a população, além de ações de apoio psicossocial aos servidores, como o programa “Cuidando dos Cuidadores”. A Prefeitura também destacou que investe na ampliação de equipes e na redução do tempo de espera como forma de diminuir conflitos nas unidades. Em casos de agressão, os profissionais são orientados a registrar ocorrência para que os episódios sejam investigados. A administração acrescentou que promove ações de humanização, capacitação e acompanhamento nas unidades de saúde, incluindo iniciativas voltadas à saúde mental de trabalhadores, pacientes e familiares.

## Campinas amplia vacinação contra HPV

Rogério Capela/Prefeitura de Campinas

A Secretaria de Saúde de Campinas passa a oferecer a vacina contra o HPV (Papilomavírus Humano) para mulheres diagnosticadas com Neoplasia Intraepitelial Cervical (NIC) de alto grau e adenocarcinoma in situ (AIS) que estejam no período de tratamento cirúrgico para retirada de lesões no colo do útero. A medida segue orientação do Ministério da Saúde e amplia a proteção de mulheres com maior risco de recorrência da doença.

Mulheres de todas as idades tratadas por lesões no colo do útero de alto grau podem ser imunizadas no período antecedente à operação ou até 12 meses depois do tratamento. O esquema completo prevê três doses aplicadas dois e seis meses após a primeira administração.

A vacinação será realizada mediante prescrição médica e registro do diagnóstico com o CID correspondente. Mulheres nessa situação devem procurar um centro de saúde do município com a documentação médica em mãos.

“Mulheres que passaram por cirurgia para tratamento de lesões no colo do útero têm um risco maior de que a doença volte. A vacina contra o HPV oferece uma camada adicional de proteção para esse grupo e agora está disponível gratuitamente pelo SUS em Campinas”, afirma Chaúla Vizzelli, coordenadora do Programa de Imunização de Campinas.

Mulheres tratadas por NIC 2 e 3 têm risco elevado de que a doença volte ao longo da vida, inclusive com o desenvolvimento de câncer cervical invasivo. Estudos mostram taxas de recorrência de até 17% após esse tipo de cirurgia. A vacinação reduz significativamente esse risco. O HPV é responsável pela maioria dos casos de câncer do colo do útero e está associado também a cânceres de vulva, vagina, região anal, pênis e orofaringe. No Brasil, são cerca de 17 mil novos casos de câncer cervical e 7 mil mortes por ano, segundo o Instituto Nacional de Câncer (Inca).

A vacina contra o HPV também é disponibilizada para crianças e adolescentes de 9 a 14 anos. Durante o primeiro semestre de 2026, a imunização foi estendida para jovens de 15 a 19 anos que não foram vacinados na idade recomendada, como parte de uma estratégia de resgate vacinal.

A vacina contra o HPV está disponível nos centros de saúde do município. Endereços e horários no link: [campinas.sp.gov.br/secretaria/saude/pagina/centros-de-saude](http://campinas.sp.gov.br/secretaria/saude/pagina/centros-de-saude).

Cerca de 20% dos cânceres humanos são causados por vírus, e destes, 50% são provocados pelo papilomavírus humano (HPV, na sigla em inglês). O HPV está envolvido em quase 100% dos casos de câncer de colo de útero, também chamado de câncer cervical, mas também pode levar a outros tipos de câncer, como anal, de vulva, de vagina, de pênis e de orofaringe, segundo informações do Ministério da Saúde.



A medida segue orientação do Ministério da Saúde